

O PAPEL DO ENFERMEIRO NA IDENTIFICAÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA¹

THE NURSE'S ROLE IN THE IDENTIFICATION OF CHILD SEXUAL ABUSE: AN INTEGRATIVE REVIEW

MORAIS, Andreina Santos Amorim²
LOPES, Nilvianny de Souza Coelho³

RESUMO

Objetivo: Identificar a atuação e dificuldades do enfermeiro frente aos casos de abuso sexual infantil. **Método:** Trata-se de uma Revisão Integrativa. O estudo contemplou publicações de artigos científicos, selecionados e publicados no período de 2017 a 2022, disponíveis eletronicamente em texto completo, nos idiomas português, inglês e espanhol nas referidas bases de dados BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), Scientific Electronic Library (SciELO) e PubMed (National Library of Medicine). **Resultado:** Fizeram parte deste estudo um total de 11 artigos, que foram analisados de forma crítica e imparcial. **Conclusão:** A falta de capacitação dos enfermeiros frente casos de abuso sexual infantil negligencia a atenção de cuidados à crianças e adolescentes. O despreparo para o reconhecimento, atendimento e notificação dos casos de violência perpetua a subnotificação, o que dificulta a ação de proteção às vítimas.

Palavras-chave: Enfermagem; Violência; Abuso sexual; Criança

ABSTRACT

Objective: To identify the role and difficulties of nurses in cases of child sexual abuse. **Method:** This is an Integrative Review, carried out in April and May 2022, the study included publications of scientific articles, selected and published in the period from 2017 to 2022, available electronically in full text, in Portuguese, English and Spanish in the aforementioned BVS (Virtual Health Library), Scientific Electronic Library (SciELO) and PUBMED (International Literature in Health Sciences) databases. **Result:** A total of 11 articles were part of this study, which were analyzed critically and impartially. **Conclusion:** The lack of training of nurses in cases of child sexual abuse negligence in the care of children and adolescents. The lack of preparation for the recognition, care and notification of cases of violence perpetuates underreporting, which makes it difficult to protect victims.

Keywords: Nursing; Violence; Sexual Abuse; Child.

1 INTRODUÇÃO

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Inhumas FacMais, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Enfermagem, no primeiro semestre de 2022.

² Acadêmica do 10º Período do curso de Enfermagem pela Faculdade de Inhumas. E-mail: andreina@aluno.facmais.edu.br

³ Professora -Orientadora Esp. em Urgência e Emergência e UTI Docente da Faculdade de Inhumas. Email: nilvianny@facmais.edu.br.

A violência foi definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) como o “uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações”.

Segundo a OMS (2004), Abuso Sexual Infantil (ASI) ocorre quando uma criança é submetida à atividade sexual a qual não possa compreender, ou seja, o qual ela não tenha preparo físico e mental. Contudo, a violência sexual é todo ato de consumação ou insinuação sexual que seja indesejada pela vítima, além de ações para comercializar ou usar de qualquer outro modo a sexualidade de uma pessoa por meio da coerção por outra pessoa, independentemente da relação desta com a vítima (BRASIL, 2018).

De acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): “Considera-se criança a pessoa até doze anos incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”, sendo estes assegurados por lei, proteção integral e todos os direitos inerentes à pessoa humana (BRASIL, 1990).

Dos 159 mil registros feitos pelo Disque Direitos Humanos ao longo de 2019, 86,8 mil são de violações de direitos de crianças ou adolescentes, um aumento de quase 14% em relação a 2018. A violência sexual figura em 11% das denúncias que se referem a este grupo específico. Em comparação a 2018, o número se manteve praticamente estável, apresentando uma queda de apenas 0,3% (BRASIL, 2020). Dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), apontaram que nos primeiros 5 meses de 2021, o Disque 100, registrou mais de 6 mil denúncias relacionadas a abuso sexual contra crianças (BRASIL, 2021).

Contudo, dados revelam que no período entre 2017 e 2020, foram registrados 179.277 casos de estupro ou estupro de vulnerável com vítimas de até 19 anos no Brasil, uma média de quase 45 mil casos por ano. Crianças de até 10 anos representam 62 mil das vítimas nesses quatro anos, ou seja, um terço do total. Em 2020, ano marcado pela pandemia de covid-19, houve uma pequena queda no número de registros de violência sexual. No entanto, analisando mês a mês, observamos que, em relação aos padrões históricos, a queda se deve basicamente ao baixo número de registros entre março e maio de 2020, justamente o período em

que as medidas de isolamento social estavam mais fortes no Brasil. Esta queda provavelmente representa um aumento da subnotificação, não de fato uma redução nas ocorrências (UNICEF, 2021).

Visto o cenário da violência contra crianças e adolescentes, o Brasil ingressou como integrante na Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que conta com a participação de organizações internacionais e entidades da sociedade civil e governos de diferentes países, incluindo o governo brasileiro, com o objetivo contribuir para o cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no enfrentamento do abuso e exploração sexual, tráfico e todas as formas de violência contra crianças e adolescentes, com o objetivo de erradicar a violência infantil até 2030 (BRASIL, 2015).

Por ser um grave problema de saúde pública, os profissionais da saúde devem saber identificar os tipos de violência, além de acolher e notificar os casos de abuso. Visando isto, o Ministério da Saúde (MS) criou o documento “Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência – Orientações para gestores e profissionais de saúde”, buscando a efetivação da promoção e proteção integral à criança (BRASIL, 2010).

As consequências do abuso são variadas, podendo ter sequelas a curto prazo como: problema de ajustamento sexual, preocupação com assuntos sexuais, aumento da masturbação, súbito aumento das atividades heterossexuais, desenvolvimento prematuro e discrepante dos interesses e da independência do adolescente. E sequelas a longo prazo como: ansiedade, depressão, Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT), Transtorno de Personalidade Borderline (TPB). Dessa forma, a criança se sente incapaz de controlar as demandas sexuais apresentando desespero relativo, além disso mudanças no comportamento, tais como: distúrbios alimentares e afetivos, agressividade, medo, perda do interesse escolar, isolamento social, agressividade, entre outros (ADED, et al., 2006).

O abuso sexual também pode ocasionar sintomas físicos, tais como hematomas e traumas nas regiões oral, genital e retal, coceira, inflamação e infecção nas áreas genital e retal, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez, doenças psicossomáticas e desconforto em relação ao corpo (HABIGZANG et al., 2008).

Segundo Galindo et al. (2017), é fundamental que os profissionais de saúde conheçam os tipos de violência para promover a identificação precoce, a assistência individualizada e ações de prevenção e desestímulo à violência. O profissional de enfermagem que lida com a saúde pública deve portar o conhecimento necessário sobre a violência em crianças e adolescentes de modo a prestar um atendimento de qualidade, bem como ser resolutivo e implementar um plano de cuidados à vítima e à família (SILVA, 2021).

A Lei nº 12.845 de 1º de agosto de 2013, em seu artigo terceiro, orienta sobre a obrigatoriedade do atendimento às vítimas de violência sexual no Sistema Único de Saúde (SUS), onde esclarece que essa criança deve ser avaliada imediatamente por uma equipe multiprofissional, deve ser feito o acionamento de autoridades específicas, Instituto Médico Legal (IML) e delegacias, ser realizados os exames necessários e ainda que essa vítima tenha o direito de receber informações sobre as medidas tomadas (ECA, 2014). O papel do enfermeiro ao realizar o acolhimento à vítima e efetivar as notificações é de suma relevância para que não aconteçam erros e agravos à proteção da vítima e familiares (TEIXEIRA, 2019).

A equipe de enfermagem precisa dispor de protocolos, Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) e a Classificação Internacional das Práticas de Enfermagem em Saúde Coletiva (CIPESC) para a execução de uma assistência que garanta a continuidade da integralidade da tarefa juntamente à equipe multiprofissional, atuando na orientação e acolhimento dos familiares. É importante ressaltar que os profissionais que prestam atenção à criança neste período precisam passar por treinamentos específicos, tanto científico quanto técnico (LOPES, 2020).

O abuso sexual infantil pode ser considerado um grave problema de saúde pública, por trazer risco para a vida da vítima, além de problemas psicológicos, físicos e sociais. Este problema envolve não só a criança abusada, mas também os familiares, o agressor e a sociedade. Por isso, é de difícil identificação pelos profissionais da saúde, necessitando de atenção e capacitação por se tratar de um assunto delicado (MORESCHI, 2018).

Os enfermeiros, são os profissionais que mais possuem contato com os pacientes seja direto ou indiretamente, responsáveis pelo atendimento em triagem, por isso desempenham um papel fundamental na identificação precoce dos sinais de violência sexual, auxiliando no reparo aos danos. É de competência do enfermeiro

adquirir técnicas para prevenir, impedir e notificar o abuso (ALMEIDA et al. 2012).

A infância e a adolescência, é a fase da vida em que o indivíduo está se descobrindo na sociedade, construindo sua personalidade e seu caráter. Porém, a inserção da violência na sociedade traz a reflexão de que essa fase está sendo corrompida. Com o grande numero de casos de abuso sexual infantil cabe ao enfermeiro, como profissional da saúde, a competência e habilidade de identificar os casos de violência sexual visando determinar plano de cuidados a vítima (PIRES, 2017).

Frente a essa temática, levanta-se às seguintes perguntas norteadoras: Como o enfermeiro pode contribuir com a identificação e notificação do abuso sexual infantil? E quais os desafios para esse evento, o enfermeiro é capacitado para acolher essa vítima?

Portanto, como objetivo, o presente trabalho visa compreender as competências e atribuições do enfermeiro diante da violência sexual infantil, buscando descrever quais as ferramentas o profissional de enfermagem pode trabalhar mediante esses casos, e de forma geral analisar as dificuldades em identificar e notificar os casos de abuso.

Essa pesquisa, justifica-se pelo aumento indiscriminado de casos de violência sexual, além de que se trata de um grave problema de saúde pública, visto que o enfermeiro deve estar capacitado a identificar, acolher e promover medidas que diminuam a incidência dessa violência e de seus agravos. Cabendo ressaltar que o papel do enfermeiro em realizar o acolhimento à vítima e de realizar as notificações é de grande relevância, para que não ocorram erros ou danos à proteção da vítima.

2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma abordagem qualitativa para a identificação de produções sobre o tema “O papel do enfermeiro na identificação do abuso sexual infantil”. Adotou-se a revisão integrativa da literatura, que permite a combinação de dados da literatura empírica e teórica, utilizando o tipo mais amplo de métodos de revisão de investigação, a fim de compreender mais amplamente um fenômeno (SOUSA et al. 2018).

A revisão integrativa da literatura deu-se por meio de levantamento referencial em material eletrônico. Para alcançar o objetivo proposto, elegeu-se a seguinte questão norteadora: Como o enfermeiro pode contribuir com a identificação e

notificação do abuso sexual infantil? Visto que há um elevado número destes casos e a sua subnotificação.

A busca procedeu-se nos meses de abril e maio de 2022 por meio do levantamento bibliográfico de publicações indexadas ou catalogadas nos portais da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), e nas bases de dados National Library of Medicine (PubMed) e Scientific Eletronic Library Online (SciELO), utilizando os seguintes Descritores em Ciência da Saúde (DeCS): Enfermagem, Violência, Abuso sexual, Criança, sendo combinados com os booleanos AND e OR e pesquisados em inglês.

Para composição do corpus, os artigos escolhidos tiveram que obedecer aos seguintes critérios de inclusão na revisão: artigos originais de dados primários publicados no período de 2017 a 2022, nos idiomas português, inglês e espanhol, e cujos temas abordassem abuso sexual infantil. Excluíram-se os artigos de revisão; cartas de leitor; estudos duplicatas; editais; artigos de opinião; comentários e materiais que não contemplavam o objetivo proposto pelo estudo.

Após as buscas, realizou-se a pré-seleção por títulos e resumos de artigos, seguida da leitura na íntegra dos estudos pré-selecionados de acordo com a questão norteadora e avaliação dos que responderam aos critérios de inclusão deste estudo.

Contudo, os dados foram sintetizados em um formulário segundo os objetivos da pesquisa e categorizados com informações extraídas dos estudos selecionados: base de dados; ano de publicação; título e autores. Os resultados foram expostos em forma descritiva e demonstrados em tabelas, onde realizou-se a discussão e a interpretação dos resultados.

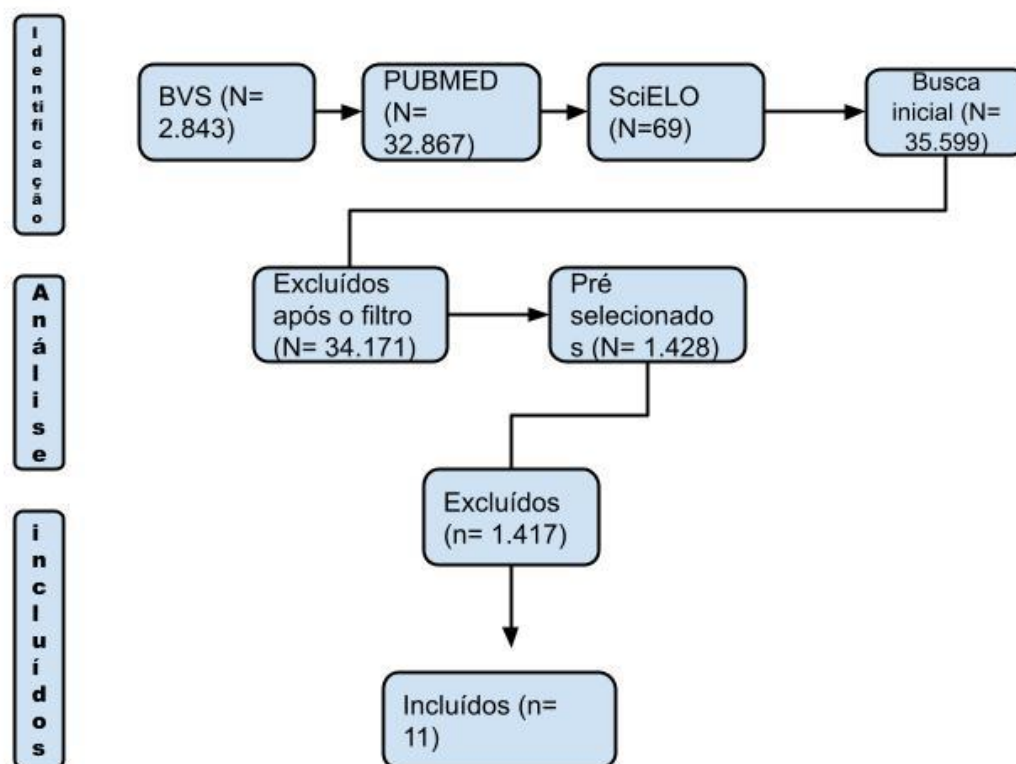
Efetou-se, primeiramente, a leitura de dezenove artigos pesquisados. Posteriormente, os artigos selecionados foram analisados detalhadamente de forma crítica e imparcial, procurando explicações para os resultados diferentes ou conflitantes nos diferentes estudos. Após a leitura foram escolhidos onze artigos para a melhor execução deste estudo.

Por meio da estratégia de busca, identificaram-se 1.428 estudos, sendo que 1.417 foram excluídos por não atenderem à questão norteadora, não serem relacionados à enfermagem ou serem artigos de revisão. Incluíram um total de 11 artigos que fizeram parte da discussão deste trabalho.

O Fluxograma 1 apresenta, resumidamente, como se deu o processo de

seleção dos artigos.

Fluxograma 1- Processo de seleção dos estudos incluídos integrativa



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio do material coletado, procedeu-se a análise e leitura minuciosa dos artigos. Com o destaque de cada um deles para o objetivo proposto neste estudo. Ao total são 11 artigos selecionados para a organização do quadro. A seguir no quadro 1 veremos a relação descrita acima das pesquisas que permearam o estudo.

Quadro 01- Categorização dos onze artigos selecionados para construção do artigo

Identificação	Base de dados	Ano	Periódico	Título	Autor (s)
---------------	---------------	-----	-----------	--------	-----------

A1	SciELO	2021	Escola Anna Nery	Diretrizes brasileiras e portuguesas de proteção à criança vulnerável à violência na pandemia de COVID-19	Ivone Evangelista Cabral; Lia Leão Ciuffo; Márcia Pestana Santos; Yan do Rosário Nunes; Maria de Lurdes Lomba;
A2	SciELO	2018	Ciência & Saúde Coletiva	Notificação da violência infantil, fluxos de atenção e processo de trabalho dos profissionais da Atenção Primária em Saúde	Emiko Yoshikawa Egry; Maíra Rosa Apostolico; Teresa Christine Pereira Moraes;
A3	SCIELO	2021	Rev. Latino-Am. Enfermagem	Representações sociais de enfermeiros sobre a abordagem de crianças e adolescentes vítimas de violência.	Emanuella de Castro Marcolino; Francisco de Sales Clementino; Rafaella Queiroga Souto; Renata Clemente dos Santos; Francisco Arnaldo Nunes de Miranda;
A4	BVS-LILACS	2021	Journal of Nursing and Health	Desafios da atuação do enfermeiro frente à violência sexual infanto-juvenil	Patrick Leonardo Nogueira da Silva ; Giulia Silveira Veloso; Bruna Cavalcanti Queiroz; Edna de Freitas Gomes Ruas; Carolina dos Reis Alves; Valdira Vieira de Oliveira;
A5	PUBMED	2020	NASN School Nurse	The role of the school nurse in detecting and preventing child abuse during this era of online education	Jessica J. Haas;
A6	BVS-LILACS	2021	Rev. Fun. Care Online	Violência Intrafamiliar contra criança e adolescente: O papel da Enfermagem	Rodrigo Jacob Moreira de Freitas; Catariny Lindaray Fonseca de Lima; Tereza Amélia de Moraes Costa; Andressa de Sousa Barros; Natana Abreu de Moura; Ana Ruth Macêdo Monteiro;

A7	BVS-BDENF	2021	Rev. enferma. UFPE online	Abordagem da violência infantil na estratégia saúde da família: Fatores intervenientes e estratégias de enfrentamento	Ana Lícia Barbosa Serra Silva; Laura Cristinne Santos Macatrão Bacellar Couto; Mikaeli Macêdo de Oliveira; Fernanda Cláudia Miranda Amorim; Juliana Macêdo Magalhães; Kayo Henrique Jardel Feitosa Sousa; Carolinne Kilcia Carvalho Sena Damasceno;
A8	BVS-MEDLINE	2019	East Mediterr Health J	Barriers that inhibit reporting suspected cases of child abuse and neglect among nurses in a public hospital, Jeddah, Saudi Arabia	Wafaa Elarousy; Sara Abed;
A9	SCiELO	2017	Rev. Brasileira de Enfermagem	Enfrentar a violência infantil na Atenção Básica: como os profissionais percebem?	Emiko Yoshikawa Egry; Maira Rosa Apostólico; Teresa Christine Pereira Moraes; Caroline Carapiá Ribas Lisboa
A10	SCiELO	2020	Horiz. sanitário	Impacto na parentalidade em homens vítimas de abuso na infância	Viviana Castellanos Suárez; Cinthya del Carmen Gómez Gallardo;
A11	SCiELO	2018	Psicologia da Saúde	Regulação emocional, satisfação sexual e comportamento sexual de risco em mulheres vítimas de abuso sexual na infância	Cris Aline Krindges; Luísa Fernanda Habigzang;

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A enfermagem possui uma ferramenta importantíssima para detectar os casos de violência intrafamiliar na criança e adolescente, por meio das consultas de

Crescimento e Desenvolvimento (CD) na atenção básica, pois é através dessas consultas que se realiza a anamnese e exame físico da criança, muitas das vezes é nítido os sinais de violência e negligência, como crianças sem higiene e cuidados inadequados, choro fácil, agressividade, e até hematomas (FREITAS et al., 2021).

Com o cenário atual da pandemia por Covid-19, criou-se um desafio na detecção e prevenção de maus-tratos infantis. A pandemia de Covid-19 evidenciou a exposição de crianças e adolescentes a situações de violência intrafamiliar e maior risco de subnotificação de casos, pois as medidas de distanciamento social e o confinamento domiciliar propiciaram maior convivência em família, que, combinada a fatores geradores de conflito, aumentaram a vulnerabilidade individual das crianças, adolescentes e jovens. Entre eles, destacam-se os relacionados à criança, ao estresse, à restrição da mobilidade e acesso a equipamentos sociais, e à interrupção da rotina na escola (CABRAL et al. 2021).

Contudo, Egry et al. (2018), salienta que a notificação é uma das principais etapas no processo de enfrentamento da violência infantil, visto que a partir dela derivam ações no âmbito das redes de atenção e proteção, voltadas para a promoção, prevenção de reincidências e estabelecimento de uma linha de cuidado às pessoas em situação de violência, possibilitando a produção de dados para a tomada de decisões no âmbito das políticas locais e nacionais. Nesse contexto, a não notificação pelos profissionais da saúde dificulta o desenvolvimento de ações no enfrentamento a violência.

A identificação precoce pode diminuir os agravos a longo prazo ocasionados pelo abuso. Em relação às consequências, na pesquisa desenvolvida por Castellanos (2020), mostra as repercussões que o abuso e a violência na infância trazem para a vida, além de danos à saúde, ao bem-estar pessoal e familiar destas vítimas, como principais consequências: morte, danos cerebrais e físicos, comprometimento do desenvolvimento cognitivo, ansiedade, depressão, DSTs, entre outros. A pesquisa de Krindges et al. (2018), demonstra que as vítimas podem desenvolver dificuldades emocionais e sexuais, identificados como: vergonha, tristeza, confusão e medo, seguidos de nojo e pensamentos repetitivos sobre o evento, baixo desempenho para realizar tarefas, interesse sexual precoce e pouco interesse sexual na idade adulta, raiva, pesadelos, evitação de contatos físicos com outras pessoas e, por último, vingança.

O vínculo que a vítima possui com o autor do abuso, a frequência em que o

abuso ocorreu, a idade da vítima, a presença de figuras protetoras e a polivitimização são fatores que contribuem para minimizar ou maximizar as consequências do ASI na vida adulta (KRINDGES et al. 2018).

Desde modo, a atenção primária à saúde apresenta como particularidades a possibilidade de maior vínculo com as vítimas e famílias, o que pode favorecer a abordagem dos casos e a atuação do enfermeiro, bem como no desenvolvimento de ações de promoção da saúde e estímulo à cultura de paz (MARCOLINO et al., 2021).

Já em ambiente escolar o enfermeiro deve desenvolver diálogos entre os professores e os pais para a detecção precoce e até prevenir a violência infantil (HAAS, 2021).

Com o isolamento Haas et al. (2021), enfatiza que enfermeiras escolares podem ajudar a educar os professores sobre maneiras de detectar abuso infantil através de encontros online, além de dar apoio aos pais durante estes tempos de aumento do estresse, como forma de prevenir e proteger os alunos contra o abuso, que podem ser apresentados como casos anteriores de violência, objetos quebrados, queda no desempenho, entre outros.

Os achados demonstram as inseguranças e dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros ao lidar com as situações de violência sexual infantil. Como afirma Freitas et al. 2021, a maior dificuldade que os enfermeiros possuem é identificar os sinais e sintomas da violência intrafamiliar na criança e/ou adolescente, bem como, encaminhar a vítima ao atendimento adequado, visto que o abusador geralmente são os próprios pais ou alguém próximo a vítima.

Nesse cenário, Cabral et al., 2021 cita a necessidade dos órgãos competentes fortalecer ações para intervir precocemente na identificação de violações aos direitos humanos e efetividade da garantia à integralidade da proteção de crianças e adolescentes. Recomenda-se o estabelecimento de uma política de proteção à criança clara e estruturada para permitir que os enfermeiros denunciem as vítimas de abuso, além da disponibilidade de treinamento e programas educacionais para que sejam eliminadas as barreiras de subnotificação de casos suspeitos de abuso infantil (ELAROUSY W, 2019).

Para Egry et al. (2017), a necessidade de treinamento e capacitação dos profissionais das diversas áreas que atuam com situações de violência (saúde, justiça, segurança, serviço social), no sentido de melhor articular o trabalho em rede,

para fortalecer os direitos de cidadania e assegurar o acesso pleno e a qualidade do serviço prestado às crianças em situação de violência. O atendimento à vítima, não compete apenas ao profissional de enfermagem, mas a uma equipe multiprofissional, como descreve Silva et al. (2021) que evidenciou a participação efetiva do Agente Comunitário de Saúde (ACS) na comunidade, como ferramenta para viabilizar uma percepção sensível a respeito dos parâmetros de saúde da população adstrita, por ser esse profissional um morador daquela comunidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aponta que os profissionais de enfermagem sentem dificuldades em lidar com as questões relacionadas ao abuso sexual infantil, sendo por medo de retaliação por parte do abusador, não ter conhecimento ou competências necessárias para lidar com a criança abusada. Explicitando a necessidade da discussão desse assunto, seja na graduação de enfermagem, Educação Continuada e até mesmo pelo poder público.

A pesquisa nos evidencia que as notificações de casos de abuso sexual infantil não são realizadas de modo efetivo, o que demonstra que existem inúmeros casos não notificados, verificando a necessidade de implementação de políticas públicas e capacitação de profissionais para identificar e notificar esses casos, visto que a notificação é obrigatória.

Dentre as limitações da pesquisa, ressalta-se a falta de publicações de como o enfermeiro pode abordar e até mesmo reconhecer os sinais e sintomas de uma criança abusada. Mas apesar das limitações, o estudo mostra a percepção dos enfermeiros a respeito da necessidade de capacitação e educação continuada a respeito do abuso sexual infantil.

REFERÊNCIAS

ADED, Naura Liane de Oliveira et al. Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. **Archives of Clinical Psychiatry** (São Paulo) [online]. 2006, v. 33, n. 4, pp. 204-213. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-60832006000400006>. Acesso em: 10 out. 2021.

ALMEIDA, André Henrique do Vale et al. A responsabilidade dos profissionais de saúde na notificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes de acordo com seus códigos de ética. **Arquivos em Odontologia**, v. 48, n. 2, 2012.

Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/arquivosemodontologia/article/view/3600>.

Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**, 2021. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/disque-100-tem-mais-de-6-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-2021> .

Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL. Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS). MAIO LARANJA, 2018. Disponível em:

<https://www.paho.org/pt/noticias/25-7-2018-neste-dia-laranja-opasoms-aborda-violencia-sexual-e-suas-consequencias-para>. Acesso em: 20 março 2022.

BRASIL, Governo Federal. Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**, 2020. Disponível em:

www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes. Acesso em: 18 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências:**

orientação para gestores e profissionais de saúde / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. –

Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:

<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/linha-de-cuidado-para-a-atencao-integral-a-saude-de-criancas-adolescentes-e-suas-familias-em-situacao-de-violencias/#:~:text=A%20linha%20de%20cuidado%20%C3%A9,os%20demais%20sistemas%20para%20a>. Acesso em: 10 out. 2021.

BREIER, Ricardo.; TRINDADE, Jorge. **Pedofilia: aspectos psicológicos e penais**. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2013.

CABRAL, Ivone Evangelista et al. Diretrizes brasileiras e portuguesas de proteção à criança vulnerável à violência na pandemia de COVID-19. **Escola Anna Nery**

[online]. 2021, v. 25, n. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0045>. Acesso em: 09 maio 2022.

CASTELLANOS SUAREZ, Viviana; GOMEZ GALLARDO, Cinthya del Carmen.

Impacto en la parentalidad en hombres abusados en su infancia. **Horiz. sanitário**, Villahermosa , v. 19, n. 3, p. 341-353, dic. 2020 . Disponível em:

<https://doi.org/10.19136/hs.a19n3.3686>. Acesso em: 18 maio 2022.

EGRY, Emiko Yoshikawa, Apostolico, Maíra Rosa e Morais, Teresa Christine Pereira. Notificação da violência infantil, fluxos de atenção e processo de trabalho dos profissionais da Atenção Primária em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2018, v. 23, n. 1 pp. 83-92. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018231.22062017>. Acesso em: 09 maio 2022.

EGRY, Emiko Yoshikawa et al. Enfrentar a violência infantil na Atenção Básica: como os profissionais percebem?. **Revista Brasileira de Enfermagem [online]**. 2017, v. 70, n. 1 pp. 119-125. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0009>. ISSN 1984-0446. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0009>. Acesso em: 17 maio 2022.

ELAROUSY W, Abed S. Barriers that inhibit reporting suspected cases of child abuse and neglect among nurses in a public hospital, Jeddah, Saudi Arabia. **East Mediterr Health J**. 2019 Aug 19;25(6):413-421. doi:10.26719/emhj.18.055. PMID: 31469161. Acesso em: 17 maio 2022.

FREITAS, R.J.M, Lima CLF, Costa TAM, et al. Violência intrafamiliar contra criança e adolescente: o papel da enfermagem. **Rev Fun Care Online**. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v13.8822>. Acesso em: 17 maio 2022.

GALINDO, Nayala Anátalia de Lourdes et al. Violência infanto-juvenil sob a ótica da enfermagem. Recife: **Revista de Enfermagem UFPE**, 2017. 10 p. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/13986/16843>. Acesso em: 05 out. 2021.

HABIGZANG, Luísa Fernanda et al. Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. **Psicologia: Reflexão e Crítica [online]**. 2008, v. 21, n. 2, pp. 338-344. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000200021>. Epub 01 Out 2008. ISSN 1678-7153. Acesso em: 10 out. 2021.

HAAS, JJ. The Role of the School Nurse in Detecting and Preventing Child Abuse During This Age of Online Education. **NASN School Nurse**. 2021 Jan;36(1):16-19. doi: 10.1177/1942602X20958064. Acesso em: 09 maio 2022.

KRINDGES, Cris Aline e HABIGZANG, Luísa Fernanda. Regulação emocional, satisfação sexual e comportamento sexual de risco em mulheres vítimas de abuso sexual na infância. **Estudos de Psicologia (Campinas) [online]**. 2018, v. 35, n. 3, pp. 321-332. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02752018000300010>. Acesso em: 18 maio 2022.

LOPES, C.L. O Papel do Enfermeiro na Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. **Revista Psicologia & Saberes**, v. 9, n. 15, p. 125–140, 2020. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1162>. Acesso em: 12 de abril 2022.

MARCOLINO, EC., Clementino FS, Souto RQ, Santos RC, Miranda FAN. Social Representations of nurses on the approach to children and adolescents who are victims of violence. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. 2021. Disponível

em:<http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.5414.3509>. Acesso em: 25 abril 2022.

MORESCHI, Marcia Teresinha. Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas – Brasília: **Ministério dos Direitos Humanos**, 2018, 494 p. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas-2.pdf>. Acesso em: 13 março 2022.

PIRES, A.C. Papel Do Enfermeiro Frente Ao Abuso Sexual De Crianças E Adolescentes. Centro Universitário De Brasília - Uniceub, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/11756>. Acesso em: 27 out. 2021.

SILVA. P.L.N.; Veloso GS, Queiroz BC, Ruas EFG, Alves CR, Oliveira VV. J. Desafios da atuação do enfermeiro frente à violência sexual infanto-juvenil. **Jonah. nurs. health**. 2021, 1. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/19482/12976>
Acesso em: 12 set. 2021.

SILVA ALBS, Couto LCSMB, Oliveira MM, Amorim FCM, Magalhães JM, Sousa KHJF, et al. Abordagem da violência infantil na Estratégia Saúde da Família: fatores intervenientes e estratégias de enfrentamento. **Rev baiana enferma**. 2021;35:e42348. Acesso em: 09 maio 2022.

SOUSA, L. M. M; FIRMINO, C. F; MARQUES-VIEIRA, C. M. A; SEVERINO, S. S. P; PESTANA, H. C. F. C. Revisões da literatura científica: tipos, métodos e aplicações em enfermagem. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação**. v. 1, n.1, p. 45-54, 2018. Disponível em:

<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/25938/1/rperv1n1%2Cp.45-54.pdf> .
Acesso em: 18 abril 2022.

TEIXEIRA, S.O, Atuação de Enfermagem Frente ao Abuso de Crianças e Adolescentes: PESQUISA INTEGRATIVA, **REVISTA ENFERMAGEM PDF, UNICEPLAC**, BRASÍLIA – DF, 2019. Disponível em:

https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/317/1/Shirniara_Teixeira_003424.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

UNICEF. Panorama da Violência Letal e Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil. **Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)**, Brasília, 2021. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cinco-anos-35-mil-criancas-e-adolescentes-foram-mortos-de-forma-violenta-no-brasil>. Acesso em: 13 março 2022.